

A constituição da identidade em meio ao conflito de diferentes: um estudo de caso no contexto da imigração*

Paula Fernanda Ludwig**
Gerson Roberto Neumann***

Resumo

Este trabalho aborda uma investigação que almeja favorecer um movimento crítico e reflexivo sobre a constituição identitária, ao considerá-la como permeada pela intermediação de uma alteridade e confrontá-la com a observação de um caso em que a percepção da diferença como eixo distintivo é abalada. Com esse intuito, deseja-se estudar um evento particular – o acontecimento da vinda de imigrantes europeus para o Brasil na segunda metade do século XIX, a partir da análise do estabelecimento de um conjunto de indivíduos de origem comum (a região germânica) em um distrito pertencente a um município no interior do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave

Identidade; alteridade; imigração

Abstract

This work addresses an investigation that intends to favor a critical and reflexive movement about the identity constitution, permeated by the intermediation of an alterity and confronted with the observation of a case in which the perception of difference as distinctive axis is shaken. To that end, this text aims to study a particular event – the happening of the arrival of European immigrants to Brazil in the second half of the nineteenth century, from the analysis of the establishment of a set of individuals from common origin (the Germanic region) in one district in the state of Rio Grande do Sul.

Keywords

Identity; alterity; immigration

Provocação: identidade e alteridade

Trabalhar com um campo de estudo cujos objetos de análise se relacionam com o campo do abstrato significa trabalhar com elementos constituídos por processos complexos. Nesse universo, encaixa-se a formação de uma noção acerca da identidade. Seu entendimento ultrapassa fatos como nascimento ou fixação de residência em determinado espaço, geograficamente delimitado, vinculando-se a fatores capazes de fundamentar um sentimento de pertença, cuja elaboração desemboca na dicotomia do *eu* (ou *nós*) e do *outro*. Por esse viés, define-se a alteridade como parâmetro para a elaboração de sentidos – um tópico que, atualmente, circula em diversos meios teóricos, em especial quando associado à noção de constituição de uma identidade compartilhada, como a ideia de nação.

O entendimento de que a formação de uma identidade nacional, cujo estabelecimento em relação aos indivíduos não se processa como algo dado, fixo, mas como algo que se constrói, constitui argumento de inúmeros estudiosos que se debruçam sobre o assunto, como Bhabha (1998). O teórico apresenta a ideia de nação como uma construção discursiva, vinculada com a história e com a memória subjetiva de cada um e também associada à produção textual: um vínculo que se estabelece por uma afiliação social e textual.

A noção de afiliação social e textual destaca um mecanismo de funcionamento ligado a práticas culturais compartilhadas que pode ser aproximado à consideração do sentimento de pertença como princípio essencial dentro de um conjunto. Pertencer a um grupo subentende a condição de não pertencer a outro, o que é decisivo para a formação de uma identidade apoiada na dicotomia do *eu* em oposição ao *outro*. Nesse jogo, a diferença estabelece-se como parâmetro capaz de constituir sentido.

Landowski (2002) aponta, nesse sistema, a possibilidade de composição de significados a partir do confronto entre grandezas diversas, favorecido pela capacidade de reconhecimento do diferente. Deparar-se com a diferença é etapa de um processo semântico que faz parte da criação de uma identidade própria. O autor explicita que, seja no plano da vivência individual ou da consciência coletiva, a identidade parece ser necessariamente perpassada pela intermediação de uma alteridade, de maneira que a consideração do outro coloca-se como contraponto e torna-se essencial para a constituição do eu. Tratando-se de um grupo, a equação funciona nesse ritmo: conceber

o diferente é diretamente proporcional a acentuar uma noção de pertença. O encontro com o outro estimula a gestão e a reafirmação de si mesmo.

Diante do exposto, este trabalho pretende destacar uma situação de análise cuja investigação pode favorecer um movimento crítico e reflexivo ao se considerar a constituição identitária, permeada pela intermediação de uma alteridade, e confrontá-la com a observação de um caso em que a percepção da diferença como eixo distintivo ficaria confusa ou alterada. Com esse intuito, almeja-se analisar um evento particular – o acontecimento da vinda de imigrantes europeus para o Brasil na segunda metade do século XIX. Para viabilizar o estudo, faz-se, ainda, um recorte mais específico: o estabelecimento de um conjunto de indivíduos de origem comum (a região germânica) em um distrito pertencente a um município no interior do Rio Grande do Sul.

A situação de análise proposta é estimulada pela percepção de índices, vinculados ao acontecimento mencionado, que apontam para um contexto em que a alteridade, eixo cujo valor semiótico deveria corresponder ao paradigma da diferença, passa a corresponder a um referente cuja importância, para fins de adaptação a uma nova realidade empírica, exige a busca por pontos comuns. Esse quadro é sugerido quando se percebe o impasse delineado na condição de um sujeito, já afiliado a determinado grupo, que se desloca do seu meio conhecido e dirige-se para um novo, de conjuntura diversa, almejando fixar-se ali.

Esse movimento repercute no choque entre um *eu/nós* e um *outro*, sendo estimulada a produção de novos sentidos a partir do toque entre essas duas variáveis da mesma equação identitária – *nós* pretendemos integrar o território do *outro*: em que isso reflete? Quem seremos, *nós* ou o *outro*? Dentro desse panorama, destacam-se algumas premissas em relação ao acontecimento a ser analisado neste trabalho: primeiramente, defende-se que os imigrantes aqui chegados tinham viva a ideia de uma nação¹ alemã como constituinte de sua identidade, sendo o Brasil considerado inicialmente como ponto geográfico. Em segundo lugar, acredita-se que o passar do tempo aproximou a noção de *permanecer* com a de *pertencer* a um determinado local, fazendo com que ele

¹ Sublinha-se que o processo de unificação dos estados germânicos aponta o ano de 1871 como a data de sua conclusão, estabelecendo-se a Alemanha como um estado nacional político e administrativamente integrado. Nesse sentido, é preciso esclarecer que, no caso do estudo a ser exposto nesse trabalho, ressalta-se justamente a nação vinculada à consolidação de uma ideia compartilhada dentro de um determinado imaginário coletivo – uma construção, e não propriamente uma unidade geograficamente delimitada.

deixasse de ser um simples “onde” e ganhasse valor agregativo para a constituição da identidade. Tal característica tornaria necessário o gerenciamento de um processo condizente com a nova situação em que os indivíduos se encontravam – diversa do universo inicial tanto dos imigrantes como dos nativos, cujo contexto primordial também foi afetado pela chegada e estabelecimento dos estrangeiros (condição reconhecida como passageira, porém não esquecida).

Por último, aborda-se a sustentação desse processo de identificação. Especula-se que ele repercutiria na fundação de uma comunidade diversa, particular em sua constituição, mas que, ainda assim, trabalharia com ações coletivas legitimadoras de uma noção de pertencimento cuja força ultrapassaria comunidades isoladas e evocaria ligações universais.

Um pouco da história

Como os pontos a serem analisados dizem respeito a um estudo de caso, algumas informações são necessárias: a proposta consiste em analisar produções referentes a um processo de colonização em um distrito, Linha Isabel, no interior do município de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul. Cresci nesse local como parte de uma família cujos antepassados eram imigrantes e não só tive acesso a textos e fotos que documentaram essa história como, também, vivenciei seus reflexos, tanto pelas experiências cotidianas como pela participação em atividades culturais diretamente relacionadas a práticas instituídas pelos migrantes que se estabeleceram na região. Boa parte da história da colonização nesse local está registrada em dois folhetos comemorativos – um impresso em língua alemã, para a comemoração do Jubileu da fundação da Picada, e o outro em português, para a comemoração do centenário da colonização. De acordo com as informações obtidas a partir desse material, delinea-se a saga empreendida pelos imigrantes.

Segundo as informações contidas no folheto, houve pelo menos três imigrações, sendo a primeira delas em 1873. O território germânico de onde vieram os primeiros migrantes era conhecido como Böhmen (após a Primeira Guerra Mundial, passou a se chamar Oesterreich). Há, ainda, registros de famílias vindas de uma região chamada Gablonz e também da Áustria. Os moradores de lá eram, em sua maioria, lapidadores de vidro ligados a uma indústria bem sucedida que realizava, inclusive, exportações.

Contudo, o advento de uma crise acabou gerando um alto índice de desemprego. Nessa época, propagandistas vindos do Brasil, com o intuito de promover a imigração para o Rio Grande do Sul, apareceram por lá com muitas promessas de um país novo, um paraíso tropical, sem guerras.

Esperançosos com a promessa de uma nova vida, muitas famílias empreenderam uma viagem exaustiva e repleta de dificuldades para chegar ao pedaço de terra que o governo brasileiro havia lhes prometido. Para se ter uma ideia da longa e extenuante mudança, pode-se observar a duração da excursão e a diversidade de meios de transporte utilizados: a saída do local de origem data de 02 de junho de 1873 e a chegada ao lugar onde seria fixada a primeira habitação em território brasileiro revela a passagem de mais de três meses (24 de setembro de 1873). Quanto aos modos de locomoção, foram relatadas viagens de trem (ainda no continente europeu, até o porto de Hamburgo), de navio (até o porto de Rio Grande), o uso de embarcações menores para a navegação em rios, como o Taquari, visando à distribuição dos migrantes pelo interior do Rio Grande do Sul e, por terra, há registro do uso de carros de boi com duas rodas, mulas (para transporte de objetos e crianças) e, o que acontecia muito, o deslocamento a pé.

Essa caminhada por terra era feita, muitas vezes, por mata adentro, sendo o caminho aberto com o uso de instrumentos, como machados e facões. Nota-se, nesse processo, a sensação física do desbravamento, da necessidade empírica de dominar, domesticar um ambiente difícil de ser penetrado, mas que, pela força do braço de cada um, era conquistado. Tal situação parece promover a fundação de um elo com o território, uma sensação de que ele estaria sendo fisicamente apropriado e, portanto, pertenceria a quem lhe dominasse. Nesse caso, não é o indivíduo que pertence àquela região, mas, antes, ela lhe compete.

Ainda segundo as informações retiradas dos folhetos, sabe-se que um agrimensor, a serviço do governo brasileiro, mediu e dividiu as terras em doze colônias (territórios), distribuídas entre as famílias – cada qual ficou com uma propriedade. O nome “Isabella” foi por ele dado à região, em homenagem a uma de suas filhas. Um travessão (divisa geral) cortava a área. Dessa linha principal saíam as entradas para cada colônia, pelos dois lados da linha. Novamente, destaca-se a relação que ganha destaque no primeiro contato dos migrantes com o Brasil: no processo de chegada e

estabelecimento no novo país, os vínculos a serem estabelecidos obedecem a uma rotina cuja ênfase está em apropriar-se de um território designado dentro de determinados limites geograficamente traçados.

Em 13 de novembro de 1873, a primeira habitação foi concluída; era uma casa muito pequena e rústica, feita de madeira (inclusive as telhas, confeccionadas com uma madeira mais mole, de figueira ou corticeira). Sem pregos, as construções eram estruturadas pelo encaixe das peças umas nas outras. Esse procedimento poderia ser considerado mais um índice do tipo de vínculo que ia se estabelecendo entre os estrangeiros e o novo país – a casa, lugar de moradia, símbolo de lar que, por sua vez, é ícone para fatores essenciais (como família, pátria) na constituição de uma identidade individual, era fisicamente erguida pelos imigrantes. Processos como esse, literalmente vivenciados, favorecem uma compreensão de si mesmo como alguém que está se fixando. Ou seja, acabou a migração, iniciou-se a colonização: do imigrante para o colonizador.

Em 1875, aconteceu a segunda imigração e, em 1876, a terceira. A chegada à picada foi relatada como sendo uma surpresa, sugerindo um choque para pessoas saídas de um ambiente com certo grau de civilização e chegando a um local onde só o que se tinha era a mata fechada. Não era esse o esperado. Muitas queixas foram citadas, contudo, também foi registrada a observação de que não era mais possível voltar atrás.

Quando a picada completou cinquenta anos, os moradores uniram-se e fizeram uma festa. A permanência e, por que não assinalar, a sobrevivência e prosperidade naquele local viraram sinônimo de celebração, percepção marcada por atos como a impressão do primeiro folheto e a fixação de uma pedra comemorativa, contendo um texto escrito no dialeto germânico dos imigrantes (com o advento da Segunda Guerra, passaram o que estava escrito na pedra para o português). O folheto, contando a história da colonização, foi redigido no idioma falado pelos imigrantes, língua que, aos poucos, foi se misturando com o português e com o dialeto de outros migrantes (de outras regiões), de maneira que são poucos moradores de Linha Isabel que a compreendem hoje.

Paulatinamente, os imigrantes fixaram suas moradias e estabeleceram uma organização social própria, cujo desenvolvimento instituiu polos como escolas, comércio, uma igreja católica com um cemitério ao lado, salões de festa e associações. Dentre os salões, chamados inicialmente de bailantes, destaca-se a construção pertencente, primeiramente, à família Steffens, cuja arquitetura elaborada lembra construções do seu local de origem germânica.



(Figura I – Salão construído pela família de Jacob Steffens, em 1936)

Nesse salão, ainda hoje acontecem atividades culturais iniciadas pelos imigrantes. Trata-se de formas de entretenimento organizadas, como o tiro ao alvo, prática exercida pelos membros da primeira associação fundada na localidade em 1892, chamada naquela época de Sociedade Atiradores Concórdia. Além dessa, foram registradas a Sociedade Cantores Alegria, fundada em 1907, a sociedade de Damas Primavera, em 1920, a sociedade de Damas Concórdia, o Clube de Mães e o grupo de idosos Böhmerkreis. Todas essas associações mantêm-se ativas até hoje.

Além das associações, o teatro também configurava-se como opção de lazer. Por volta de 1950, Helmuth Pilz (artesão, escultor e pintor de madeiras), interessado pela arte cênica, organizou um grupo teatral na região. Ele selecionou algumas peças, com o texto em alemão, reuniu um grupo de atores e um músico. Confeccionou também um palco, com telões pintados como cenário. O grupo reunia-se para ensaiar no Salão

Steffens, e ali apresentava-se no fim do ano. Eles também iam para outras localidades com regularidade. As peças eram precedidas por música – Edgar Ludwig fazia a abertura, tocando bandoneon. As temáticas eram as mais variadas e divertidas, como o caso de uma máquina que moía mulheres velhas para que elas saíssem novas. Em 25 de julho, dia do imigrante, tais peças eram apresentadas no bailante de Franz Haupt.

O salão ainda abrigava as tradicionais festas de Kerb. Na Linha Isabel, elas já foram realizadas mais de cem vezes. Essa é uma tradição antiga, ainda hoje aguardada pelas crianças, assim como acontecia antigamente. Trata-se de uma forma de entretenimento nascida num contexto em que eram escassas atrações populares como as que conhecemos e desfrutamos hoje; contudo, ela ainda exerce fascínio sobre a população local. Essas práticas culturais representam a maneira que os imigrantes encontraram de desbravar uma região cheia de obstáculos, não só através do desenvolvimento do sustento para o corpo, mas, também, do sustento para o espírito, através de atividades ligadas a uma cultura que até hoje ecoa na vida de seus descendentes.

Analisando o processo: uma identidade forjada pela história

Após essa breve exposição acerca de alguns pontos referentes à história da imigração e também da colonização da Linha Isabel, passa-se, agora, para a análise desse processo, de acordo com as premissas enumeradas no início do texto. Dentre elas, a primeira aborda uma concepção de identidade vinculada a um imaginário coletivo cujo elo gira em torno da constituição de uma ideia de nação (pátria, lar) – “eu sou alemão” ou “eu sou brasileiro”, ou, ainda, “eu sou teuto-brasileiro” – condição que desembocaria na segunda premissa levantada neste trabalho.

Sobre a ideia de nação como constituinte da identidade, encontramos reflexões acerca desse tópico em estudos de naturezas diversas. Benedict Anderson (2008), por exemplo, aproxima-se desse assunto ao elaborar e desenvolver sua noção de “comunidades imaginadas”. Ao trabalhar com esse conceito, o autor acaba por abordar as formas como grupos sociais rearranjam-se culturalmente em novos espaços, remetendo a uma percepção dos deslocamentos e das relações com os novos contextos como algo significativamente complexo e abarcador das experiências humanas. Por esse

viés, problematiza-se como as práticas de deslocamento podem ser constitutivas de significados culturais e não simples extensão e transferência do local de origem.

Essa perspectiva incide sobre a ideia de nação, conferindo-lhe aspectos como a percepção de que esse conceito não é apenas uma invenção, mas um processo imaginativo que faz sentido para além da percepção racional. Assim, o conceito, provindo de força imaginativa, possui poder e é capaz de definir comunidades e criações culturais específicas. Na introdução de seu livro *Comunidades imaginadas* (2008), Anderson propõe caracterizar a “qualidade de nação” como “artefatos culturais de uma classe particular” (ANDERSON, 2008, p. 19). Ressalta-se, ainda, o sintagma “artefatos”, cujo uso remete ao campo paradigmático do fazer, da manufatura, algo que é construído: um constructo, portanto.

Mais adiante, o estudioso lança uma definição operativa de nação, de acordo com uma perspectiva antropológica: “uma comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana” (ibidem, p. 20). Segundo ele, a comunidade seria imaginada porque seus membros não conheceriam pessoalmente todos os seus compatriotas; contudo, na mente de cada um, vive a imagem de sua comunhão e eles consideram fazer parte de um conjunto particular, sua nação, e comportam-se de acordo com essa consideração.

A comunidade seria, ainda, imaginada como limitada, pois possui fronteiras finitas, e como soberana, porque o conceito floresceu numa época em que a Ilustração e as conseqüentes revoluções pertinentes a esse contexto estavam minando a legitimidade dos reinos dinásticos, apoiados na crença de terem sido ordenados pelo poder divino (caem as monarquias e os súditos, ascendem os cidadãos). Por último, há a condição de imaginar-se como comunidade, categoria baseada na afirmação de um companheirismo profundo, mesmo que haja desigualdade e exploração entre seus membros.

Seguindo-se por esse viés, verifica-se que a ideia de nação configura-se como uma representação social e politicamente legitimada desde o século XVIII, época em que haveria acontecido a convergência de algumas forças históricas diversas que acabaram por se tornar modulares, isto é, passíveis de serem transplantadas para uma grande variedade de contextos. De acordo com esse raciocínio, o autor expõe que o conceito de nação pode ser aplicado a partir de um universo europeu, entre os séculos

XVIII e XIX, mundo do qual faziam parte, portanto, os imigrantes que colonizaram a Linha Isabel.

A análise de Anderson mostra que a condição nacional esteve historicamente ligada à língua (difusão do vernáculo e da escrita impressa) e à propriedade privada. Segundo esse raciocínio, a língua daria coesão ao espírito nacional, pois é dotada de uma capacidade de favorecer a geração de comunidades imaginadas, construindo efetivamente solidariedades particulares. Encontra-se aí a discussão da constituição do conceito de nação pelo viés cultural.

A produção, veiculação e disseminação de discursos impressos (textos) favoreceu a formação de públicos leitores que, ao se identificarem através da comunicação, fundaram um espírito solidário sob a proteção de um estado nacional. Vale assinalar que, no caso abordado neste trabalho, verifica-se a preocupação com o registro de um discurso comum (folhetos, monumentos e até textos, em alemão, esculpidos em algumas lápides) cujo assunto e até mesmo a língua por vezes utilizada ressaltam a força do imigrante europeu, sublinhando suas raízes germânicas.

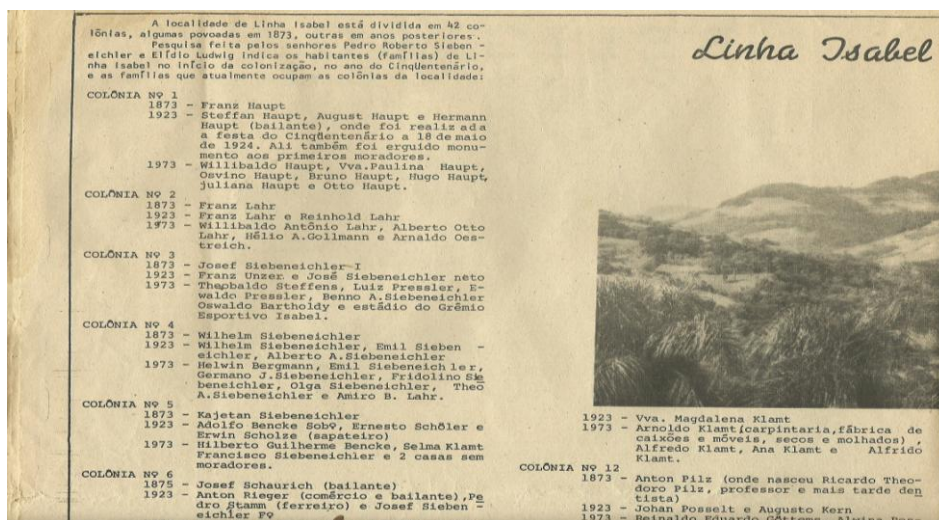
Entender que as nações configuram-se como comunidades que necessitam ser pensadas como tal para sua existência é afirmar que elas não existem por si mesmas, sendo dependentes da fidelidade de seus membros. Nesse sentido, especula-se para qual polo (ou polos) os imigrantes e seus descendentes direcionavam sua atenção, haja vista que as manifestações culturais produzidas por eles estão diretamente relacionadas às formas que encontraram de se expressar. Assim sendo, é significativo buscar verificar o que se expressava: quais os aspectos relevantes desse processo, ao ponto de haver a preocupação em registrá-los, passá-los adiante, divulgá-los e fazer deles fator de identificação e união.

Pode-se começar pela forma de lidar com a morte, acontecimento cuja importância para a formação de um imaginário acerca da comunidade nacional Anderson dá ênfase. A morte, segundo ele, seria o último estágio de uma série de fatalidades que fazem parte da essência do humano. A religião sugere respostas para esses dilemas, não raro usufruindo de aspectos que rebatem o final da vida com a esperança em crenças que insinuam a imortalidade, como a noção de carma, pecado original, ressurreição, etc. Nesse sentido, frente ao fim, não raro desperta-se o argumento da continuidade como algo que ultrapassa o palpável – um sentimento, uma

herança, uma sensação de permanência nos outros que virão – aspecto que gera algo essencial para a constituição da identidade.

Por esse viés, nota-se a transformação da fatalidade em continuidade, da contingência em significado, e, segundo Anderson, a ideia de nação é extremamente adequada à essa finalidade. Levando-se em conta que os migrantes responsáveis pela colonização na Linha Isabel vinham de um contexto europeu em que o conceito de nação, como legitimador da identidade de uma comunidade e de seus respectivos membros, havia fixado raízes de forma impactante, influenciando, inclusive, na forma de ver o mundo, deduz-se que seria natural a busca por uma identificação através de uma pátria em comum. Ao serem verificados os registros deixados pelos imigrantes, evidencia-se que o território germânico preenche o chamado “espírito nacional”, inclusive na forma de lidar com a morte, quando se encontravam distantes dos limites geográficos dessa região.

Quem morresse em território brasileiro tinha seu corpo enterrado nesse solo – estabelece-se aí um elo eterno com esse local. Mesmo assim, nota-se a existência de atitudes que indicam a vontade de perpetuar uma herança, como, por exemplo, a preocupação em criar registros que imortalizassem os imigrantes e seus descendentes como portadores do legado germânico, seja em seus folhetos, em que se sobressai a história do patriarca de cada família que veio para o Brasil, com destaque para seus nomes (marca essencial da identidade), seja com lembretes incisivos das raízes genealógicas dos futuros descendentes, ou, ainda, nos túmulos que apresentam lápides assinaladas por textos escritos na língua original dos imigrantes.



(Figura II – página do folheto em comemoração ao centenário em que começam a ser listados os nomes dos patriarcas e de seus descendentes)

Além disso, outros aspectos podem ser considerados índices da valorização do vínculo do imigrante com sua pátria de origem, concebida como sua nação e, conseqüentemente, responsável por uma identificação que não fazia parte de seus genes, mas que, muitas vezes, pode ser imaginada como se fosse parte da natureza do indivíduo. Seria o caso de se pensar, por exemplo, nos valores que definem o caráter de cada um.

Giralda Seyferth (2004), ao lidar com casos de migração, em especial a vinda de comunidades de origem germânica para o sul do Brasil, constata, nas produções por ela analisadas, o empenho em preservar valores culturais típicos de comunidades germânicas, porém, sem que se perca de vista a inserção na sociedade brasileira, o que se daria pela valorização de seu território. A autora aponta marcas desse aspecto ao detectar a reiteração de alguns termos que denotam a ideia de cultura derivada do Romantismo alemão, como *deutschum*, *volkstum* e *kultur*. Segundo ela, essas palavras foram:

usadas como marcadores da diferença cultural mais intensivamente do que as traduções dicionarizadas, que apontam, respectivamente, para germanismo, nacionalidade (alemã) e cultura/civilização, sugerem. Termos conceituais como *Volkstum* ou *Deustschum* remetem à idéia de uma cultura popular apropriadamente germânica, construída na longa duração, mas o significante nacional inclui também uma noção de pertencimento comunitário que, no discurso teuto-brasileiro, está mais próximo de uma representação ‘nativa’ de etnicidade primordial. Há uma reinvenção da ‘civilização’ germânica no território colonizado, que incorpora a mudança social e cultural ocasionada pela conversão do emigrante ao imigrante, tendo em vista a opção por uma nova *Heimat* (pátria). Tal conversão, porém, não abre mão dos ideais de *Volkstum* e *Kultur* (SEYFERTH, 2004, p. 155 – 156).

No folheto comemorativo do jubileu da Linha Isabel, verifica-se a recorrência de termos como esses, além de outras variantes como “deutschen”, “reue”, “urwaldpioniere” e “neue heimat”. De acordo com a estudiosa, a reiteração desses sintagmas nas produções de autoria dos imigrantes demonstra ter um papel funcional na construção de uma identidade cultural baseada nos princípios da germanidade (que seriam combinados com a realidade da colonização em território brasileiro).

Nas produções por ela analisadas, verificou-se “o ânimo das camadas mais altas do mundo colonial para conformar uma comunidade étnica imaginada a partir de certos valores do nacionalismo romântico alemão reconfigurados no local” (ibidem, p. 156). Nota-se que esses índices são apontados como configuradores de uma noção de pertencimento ligada a uma comunidade nacional, traço que reforçaria a percepção de

que os imigrantes concebiam sua identidade vinculada ao reconhecimento de uma nação alemã, mesmo acreditando que o Brasil deveria representar uma nova pátria para eles.

Outros indícios desse entendimento dos imigrantes como membros de uma comunidade imaginada nacional (o que configura um compromisso com uma entidade acima dos indivíduos isolados, que os une num grupo significativamente forte, e não apenas um conjunto formado por famílias vindas de um território comum) estão nas atividades por eles desempenhadas, capazes de estabelecer uma organização social particular. É o caso das associações, por exemplo, destinadas a práticas esportivas, reuniões sociais e atividades culturais.

Segundo Seyferth, a prática de tiro, exercício fundador da primeira associação na Linha Isabel, era considerada útil na formação de uma espécie de linha de defesa para a colônia, com raízes nacionalistas. Os salões, que serviam não apenas como locais para festas, mas também como lugares para apresentações musicais e teatrais, acabavam por favorecer a expressão da cultura germânica, beneficiando formas de entretenimento em que eram exaltados e divulgados conteúdos característicos do contexto que lhes era familiar, ou seja, produções que fortaleciam a ideia de pertencimento a uma comunidade nacional germânica. Essas práticas guiavam-se por uma realidade conhecida no contexto de origem dos imigrantes, divulgando discursos repletos de termos que, segundo Seyferth, supunham um princípio moral disciplinador. Assim, estabeleciam-se referências para a constituição de um grupo específico, de acordo com a comunidade imaginada reconhecida por eles como nação.

Para Hobsbawm (1990, apud SEYFERTH, 2004, p. 126-127), a reiteração desses termos representa a formulação inicial de um “critério etnolinguístico” de definição da nação, que inclui, também, a redescoberta folclórica do povo. Resumindo, para além da sociabilidade, as associações representavam *Volkstum*: “dela participavam ‘colonos alemães’, que falavam o idioma da ‘velha pátria’” (SEYFERTH, 2004, p. 156 – 157). As associações criadas na Linha Isabel também concretizavam essa realidade, enaltecendo uma organização social peculiar, inclusive com o uso de objetos que sublimam esse arranjo, como bandeiras, estatutos (atas das reuniões, delegação de cargos, como presidente e secretário) e a língua alemã como meio de comunicação oficial nas reuniões:

O surgimento de associações culturais, recreativas e beneficentes é fato comum em contextos imigratórios. No entanto, olhando para as publicações comemorativas,

especialmente para aquelas que celebram cinquentenários e centenários de associações e fundações de colônias (...) percebe-se que não é só a quantidade que chama a atenção, mas, principalmente sua vinculação com o “caráter nacional” germânico traduzido na noção de *Deutschtum* (germanidade). Lugares de cultivação da vida social (...) imbuído de ideal comunitário diante da precária situação dos “colonos na selva” (...) também funcionavam como espaços de atualização de uma identidade culturalmente marcada pela germanidade e sua reconfiguração na nova pátria (*neue Heimat*) (Idem, p. 157-158).

As associações congregavam pessoas de diferentes classes sociais em um mesmo universo, cujos padrões ressaltavam aspectos próprios da comunidade nacional germânica. Essa era a nação reconhecida pelos imigrantes e divulgada por eles para seus descendentes; porém, a noção de um novo lar não era ignorada. Apesar disso, o Brasil parece ter sido percebido inicialmente não como uma comunidade, condição que, como já foi explicado, depende de um processo – o reconhecimento e conseqüente noção de pertencimento a uma nação não existe por si só, antes depende de uma construção, da força imaginativa de seus membros que reconhecem essa comunidade e lhe devotam sua fidelidade.

Tal observação dá margem à percepção de que os imigrantes concebiam, pelo menos inicialmente, a comunidade germânica como sua nação, sendo o Brasil imaginado como uma casa onde morar. Todavia, não se tratava de um lar que faria parte da identidade de cada um, visto que o registro dos primeiros laços estabelecidos com o contexto brasileiro revela um elo que se constrói com o espaço físico, como o adentrar a mata e a manipulação do ambiente e dos objetos pertencentes a esse local para a construção das moradias.

Nota-se como a constituição da Linha Isabel é descrita no folheto comemorativo do centenário da colonização, impresso em 1973, com ênfase para a valorização do campo semântico que compõe a ideia de germanidade e delegando para o que seria a nova pátria, o Brasil, descrições de sua paisagem e outros detalhes vinculados à percepção física do ambiente. No que tange ao território brasileiro, encontra-se no texto referências ao local onde a comunidade está situada:

Montanhas verdejantes cercam uma linda paisagem de terras férteis, onde brotam pinheiros e palmeiras. As águas de fontes cristalinas borbulham pelos barrancos e unem-se no vale, onde formam o arroio Buruti, cujas águas límpidas e ligeiras murmuram num leito pedregoso e de cascatas que movem os moinhos, serrarias e demais engenhos. Realmente uma linda e pitoresca paisagem que se apresenta aos nossos olhos.

Já o imigrante é reconhecido como o pioneiro heroico que desbravou e domesticou o ambiente, transformando-o em civilização, cujo estabelecimento baseou-se numa concepção da comunidade nacional germânica:

Foi no longínquo ano de 1873, quando as verdejantes matas cobriam este território, que pioneiros destemidos e confiantes no futuro, vindos da Boêmia, de Gablonz e da Áustria, abriram as primeiras clareiras, derrubaram as primeiras árvores e deitaram as primeiras sementes no solo fértil e dadivoso desta terra.

Nota-se a imagem sugerida nesse trecho em que o imigrante vindo da região germânica, ou seja, um cidadão daquela nação, legitimado como o heroico pioneiro desbravador, planta as suas sementes na terra nova e fecunda o ambiente com suas concepções. Contudo, o solo é identificado como fértil, o que remete à compreensão de que uma nova situação, baseada num modo de vida anterior, mas não mais o mesmo, está se formando. Isso é sentido inclusive na maneira como os migrantes precisam se sustentar: primeiro são lapidadores de vidro, depois transformam-se em colonos, agricultores que trabalham a terra. Trata-se de um processo de mudança de identidade, também: “sou cristaleiro”/ “sou agricultor”:

A maior parte dos imigrantes eram Cristaleiros, que vieram sem recursos. Como não eram agricultores, tiveram de atravessar um longo período de adaptação e experiências para se habilitarem aos trabalhos da roça.

Percebe-se como as mudanças inspiradas pela nova pátria estão relacionadas à interação com o ambiente. Mesmo assim, são os próprios princípios germânicos, em que, segundo Seyferth, destacam-se noções como o respeito às leis e o senso de dever, que movem a concretização de um conjunto disposto a fazer prosperar sua noção de comunidade imaginada no novo território. Acredita-se, ainda, que esse traço caracterizou a forma como os imigrantes adaptaram-se ao novo contexto:

As relações dos colonos entre si eram íntimas, pois a situação em que todos viviam, as mesmas necessidades, as mesmas lutas, uniram a todos. Eram moderados, ativos colonos, que perante as leis cumpriam em todo sentido suas obrigações, no cumprimento de amor e dedicação à sua nova Pátria.

O novo contexto exigia a adaptação, primeiramente, às condições físicas do local, o que por si só já opera transgressões identitárias. Porém, com o tempo, também tornou-se necessária a interação com um contexto social diverso. Nesse sentido, foi preciso assimilar o diferente e, a partir dele, construir o *eu/nós*; assim sendo, o Brasil acabou por constituir valor de nação. No entanto, uma comunidade imaginada não se sustentaria em uma dicotomia excludente e, portanto, inverte-se o polo da alteridade –

da dicotomia floresce a unidade e chega-se a um terceiro elemento, que é a condição do teuto-brasileiro.

Seyferth refere-se a essa condição quando aborda a noção de “cultura híbrida” a partir de Emílio Willems (1946), que usa o conceito para explicitar uma integração cultural especificamente teuto-brasileira. Trata-se de uma tentativa de ultrapassar as formulações de assimilação e aculturação na análise de processos migratórios propondo a consideração da “duplicidade resultante do contato dos imigrantes e seus descendentes com o meio ambiente, a sociedade e a cultura brasileiras, expressado pelo uso analítico da categoria teuto-brasileiro” (SEYFERTH, 2004, p. 150). Mas qual a significação contida nessa categoria? Como o conceito de Willems pode ajudar a pensá-la? Vislumbra-se uma saída na continuação do texto de Seyferth:

Nos termos de Willems esse hibridismo resulta da marginalidade de uma população ambivalente entre duas culturas (alemã e brasileira), que produziu uma terceira, quase que essencialmente rural (apesar das inserções urbanas), em conflito de lealdades dentro do Estado brasileiro. O reconhecimento dessa singularidade construída pelo conflito, porém, é observado pela concepção teórica de “homem marginal” vinculada, desde seu enunciado por Robert E. Park (1928), à figura do imigrante. Esse conceito supõe a coexistência de atitudes e valores provenientes de duas culturas distintas, com a conseqüente possibilidade de conflitos e desajustamentos comportamentais de natureza psicológica (ibidem).

Destaca-se, para a solução desse impasse, a noção da criação desse terceiro – um duplo que resulta em uno, um constructo nascido do conflito de identidade, o resultado de um processo. Percebe-se, por esse caminho, tendo em vista o encontro de uma comunidade imaginada já estabelecida com outra que deve passar a figurar no imaginário coletivo, a mudança no papel da alteridade como eixo em que a diferença é parâmetro para comparações distintas. Nesse caso, polos diversos geraram um único a partir de seu encontro.

Observam-se os fenômenos que ocorrem quando grupos de indivíduos portadores de diferentes culturas entram em contato, com subseqüentes mudanças nos padrões culturais originais dos grupos envolvidos; a noção de cultura híbrida responde a isso. Dentro desse panorama, Seyferth esclarece que

as diferenças culturais acionadas como elementos de distinção grupal são percebidas como forma de evitar desajustamentos sociais próprios dos processos de assimilação. Cultura híbrida (..) é um indicador da “cultura marginal” de descendentes de imigrantes, e suas muitas variações regionais urbanas e rurais são materializadas por padrões de integração grupal que distanciam a maior parte da população teuto-brasileira da sociedade nacional e até mesmo dos imigrantes recém-chegados (...) esse recurso teórico o levou (Willems) a pormenorizar muito mais os

elementos diferenciadores de uma formação cultural específica, presentes nas chamadas “colônias alemãs” (SEYFERTH, 2004, p. 151 - 152).

Para a autora, no contexto da imigração, não raro é possível verificar a constituição de totalidades geográficas com predominância de população de origem germânica, as quais se estabeleceram como locais distintos da sociedade brasileira, núcleos em que a língua alemã era o idioma cotidiano, independentemente das modificações estruturais da linguagem ocorridas ao longo do tempo. A estudiosa argumenta que a colônia alemã, em sentido amplo, aglutina elementos que compõem uma representação sobre a identidade teuto-brasileira. Contudo, seu elemento primordial estaria na gênese histórica de uma “neue Heimat” (nova pátria) situada no Brasil. Na história da Linha Isabel, verifica-se indícios de que existem ações coletivas capazes de contribuir para o estabelecimento de um estilo de vida especificamente local, por mais que haja interesses integrativos em relação à sociedade brasileira, através de atividades que concentram (pois ainda hoje elas acontecem) os colonos em núcleos particulares, articulados à noção de germanidade. Assim, esses núcleos seriam consolidados como distintos da sociedade envolvente.

Como já foi demonstrado, os registros deixados pelos imigrantes que realizaram a colonização da Linha Isabel dão conta de um conteúdo ideológico e de princípios de etnicidade capazes de deixar viva a ideia de afiliação à comunidade nacional germânica. No entanto, também nesses registros aparece a exaltação do ambiente que os acolhera, bem como a menção ao compromisso de transformá-lo na nova pátria, “fecundando o solo fértil do Brasil”. O deslocamento no eixo da alteridade é consoante a um processo de trânsito identitário que acaba por se tornar condição para o estabelecimento na nova pátria. O sentimento da nação original termina por consolidar-se como terra natal imaginária, pois pertence à memória dos imigrantes, deixada viva por meio de suas ações coletivas. Ao mesmo tempo, forma-se um núcleo étnico peculiar através de uma verdadeira rede de relações pessoais estabelecidas entre os imigrantes e seus descendentes. Esse movimento revela uma oscilação entre a vontade de ser reconhecido em sua diferença e a de ser incorporado à comunidade nacional correspondente à nova pátria. Como lidar com isso?

No caso da Linha Isabel, acredita-se que essa condição é refletida nas práticas sociais da localidade. Dentre elas, destacam-se as festividades do Kerb: uma das maiores festas da região, que até hoje mobiliza os moradores em suas tradições, sendo

motivo não apenas de comemorações coletivas, mas, também, propiciando um tipo de vivência diferenciada e compartilhada pelos membros dessa comunidade em específico. Para entender essas características, explica-se o que seria essa festa a partir de histórias contadas pelos moradores mais velhos da região, como Elídio Ludwig (marido de Sibylla Steffens Ludwig, filha de Jacob Steffens). Inicialmente, havia apenas uma comitiva (dois ou três moradores) que passavam pelas casas da região coletando galos. Cada morador era encarregado de fornecer um animal. Muitas vezes, os donos das casas não estavam presentes quando a comitiva vinha recolher seu donativo, geralmente em função do trabalho na roça. Assim, o galo era preso numa cesta, à espera da comitiva que, em sua trajetória, deparava-se com as várias cestas (daí o nome “Kerb”). As aves eram recolhidas e fazia-se uma galinhada para ser repartida entre todos os moradores. O evento visava angariar fundos para igreja e escola.

Com o tempo, a festa virou um evento grande, época de feriado na região. A Primeira Eucaristia era feita em conjunto com o Kerb. No primeiro dia festivo, domingo, realizava-se a missa com a comunhão pela manhã. Ao fim da missa, todos iam até o salão, com a banda de música, para erguer o mastro com a bandeira do Kerb (kerbstang). Depois, os familiares das crianças comemoravam em casa, com festinhas. Pela noite, fazia-se o baile de Kerb, o maior baile do ano. Na segunda-feira, as turmas de Kerb saíam pela região, cada qual com seu gaiteiro. Visitando as casas da localidade, vendiam rifas e pediam donativos. Em uma taquara grande, prêmios eram pendurados – cuia, lenço, pedaço de fumo, etc. Pela tarde, as turmas encontravam-se no salão para um segundo baile, que seguia madrugada adentro. Duas semanas depois, no Nachkerb, fazia-se o churrasco que, para muitos, era o único do ano. Cada família encomendava sua carne. Todos reuniam-se de tarde, por volta das 15h, e os prêmios pendurados na taquara eram leiloados.

Há cerca de trinta anos, houve mudanças na tradição. A missa passou a ser realizada no sábado, não mais em conjunto com a Eucaristia. O baile com o leilão acontece pela noite e, no domingo, as turmas de Kerb passam pelas casas. Atualmente, mais de onze turmas deixam viva a tradição, passando pelas casas onde vendem rifa, ganham comida e bebida. As turmas são compostas pelo que chamamos de “palhaços” (homens fantasiados).

Vem aí Festejos de Kerb e Nakerb !!!



Programação :
 Baile da cuca e linguíça (dia 14 de julho com início às 20h)
 Festa das turmas do Kerb (dia 15 de julho com início às 14h e recepção das turmas a partir de 15h).
 Festa de Nakerb (dia 29 de julho com início meio dia) almoço e após reunião dançante. Todos eventos acontecerão no antigo Salão Siebeneichler em Linha Isabel .

Participem !!!!

(Figura III – propaganda da festa, contendo imagens dos “palhaços”, elaborada por moradores da Linha Isabel)

É interessante notar a força dessa tradição, que acontece há mais de cem anos na comunidade, de acordo com festejos que transformam agricultores, pais de família, em “palhaços”. Verifica-se que os membros da comunidade elegem o dia do Kerb para promover a diversão, a folia que se espalha e é levada de casa em casa na localidade. A eleição de um único período do ano para a promoção da alegria efusiva e do desregramento lembra, de certa maneira, práticas existentes desde a Grécia Antiga, regida por Apolo, mas que consagrava um período particular a Baco. Festejos desse tipo lembram, inclusive, a famosa prática do carnaval, desde os tempos medievais, como o explorado por Rabelais e, mais tarde, divulgado ao público sob a perspectiva de Bakhtin através de uma publicação (*A cultura popular na Idade Média ao Renascimento: o contexto de François Rabelais*) que apresenta uma síntese entre o popular e o imaginário – relação que estimula a exploração do riso como recusa ao poder instituído, em favor da afirmação da vida absoluta.

Ao debruçar-se sobre essa fonte, Bakhtin encontra uma série de manifestações culturais que denotam uma visão do mundo caracterizada pela promoção da subversão da ordem vigente, de sua contestação e conseqüente renovação. Segundo ele, o carnaval desempenhava um papel simbólico fundamental, não representando apenas a interrupção da rotina de trabalho, mas, sim, uma cosmovisão alternativa, marcada pelo questionamento lúdico das normas socialmente estabelecidas. Por esse viés, ressalta-se o princípio carnavalesco como abolidor de hierarquias, nivelador de classes sociais e

gerador de uma vida livre de restrições convencionais, sendo que, nesse período, aquilo que é comumente marginalizado e excluído acaba recebendo lugar de destaque.

Nos festejos do Kerb, igualmente, pode-se observar que, muito além da interrupção da rotina de trabalho, tem-se uma festa em que todos partilham um sentimento em comum, sendo que esse aspecto não fica restrito ao salão, mas invade as casas dos moradores, fazendo com que cada um tenha um papel ativo e essencial na tradição. Dentro dela, comida e bebida em demasia são apenas alguns dos ingredientes que estimulam a queda de regras e padrões cotidianos. Ainda sobre o carnaval, Bakhtin esclarece que o aspecto basicamente corpóreo (necessidades fisiológicas primárias) toma força e o riso favorece a celebração da vitória simbólica contra tudo o que oprime e restringe: até mesmo contra a própria morte. Ao abordar o tópico do banquete em Rabelais, por exemplo, Bakhtin cita as imagens de festas populares do comer e do beber, afirmando que elas

não têm nada de comum com a vida cotidiana imóvel e o contentamento de um indivíduo privado. Essas imagens são profundamente *ativas e triunfantes*, pois elas completam o processo de trabalho e de luta que o homem, vivendo em sociedade, efetua com o mundo. Elas são universais, porque têm por fundamento a abundância crescente inextinguível do princípio material. Elas são universais e misturam-se organicamente às noções de vida, morte, renascimento e renovação. Misturam-se organicamente também à ideia de *verdade*, livre e lúcida, que não conhece nem o medo nem a piedade, e portanto também à palavra sábia. Enfim, penetra-as a ideia do tempo alegre, que se encaminha para um futuro melhor, que mudará e renovará tudo à sua passagem. Não se compreendeu até agora essa profunda originalidade das imagens de banquete popular. Costuma-se interpretá-las no plano da vida privada e qualificá-las de “realismo vulgar” (BAKHTIN, 2010, p. 264).

Pelo princípio carnavalesco, distinções e proibições são temporariamente suspensas para se estabelecer um novo tipo de comunicação, apoiado no contato livre. Ele gera um tipo especial de riso festivo, mais do que uma reação particular a um evento cômico. Trata-se de uma alegria que ultrapassa o âmbito individual e estabelece-se como algo compartilhado universalmente, carregada de um significado profundo, um ponto de vista específico sobre a experiência, não menos denso que a seriedade. Dessa forma, o riso assume papel de uma nova consciência, crítica, pela qual é possível ridicularizar o que poderia ser motivo de terror e opressão. Robert Stam, professor da Universidade de Nova York, delinea essa perspectiva em seu livro *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa* (1992), apresentando a construção didática de um ponto de vista apoiado em características centrais da obra de Bakhtin e em definições pontuais,

que se fazem por comparação a noções igualmente carregadas de peso no cenário teórico, cujo foco está na concepção nietzschiana do dionisíaco:

O carnaval de Bakhtin e a festa dionisíaca de Nietzsche têm em comum sua natureza enquanto ritos coletivos, nos quais os foliões mascarados ficam “possuídos” e se transformam, seja através da roupa, seja através da atitude, num “outro”, tudo isso com uma espécie de efeito catártico. Nietzsche e Bakhtin vêem a festa carnavalesca como um alívio da hipocrisia social e do medo do corpo (STAM, 1992, p. 45).

Verifica-se, nessas práticas alternativas, a ideia de inversão social e subversão simbólica do poder estabelecido, através da promoção do mundo às avessas, desregrado, de um reino da ambiguidade e da relatividade alegre, da ideia da festa como lugar da união com a comunidade, de uma perspectiva linguística valorizadora de uma linguagem indecente e banal como expressão da criatividade popular.

No Kerb, observa-se não apenas a promoção do riso e o uso das máscaras e fantasias, mas, também, o efeito que tal vestimenta provoca – caem inibições e ergue-se um objetivo comum que une a todos, que é o de festejar, longe da seriedade e das preocupações cotidianas. Percebe-se que os festejos do Kerb nascem de uma vontade de compartilhar primeiro a comida, a galinhada, mas, mais adiante, compartilhar um estado de espírito independente da condição cotidiana, haja vista o uso das fantasias que transformam os agricultores em palhaços, como são chamados dentro da comunidade, por vontade própria. O que se tem é a comunhão da experiência humana.

Considerações finais

Através da trajetória argumentativa tecida até o momento, percebe-se que a saga dos imigrantes, resultando na fundação de uma comunidade específica, cujo processo de formação e estabelecimento no Brasil explora uma formação identitária peculiar, encontra força nas manifestações culturais populares da região, como a festa do Kerb. Muitos poderiam verificar nessa prática apenas mais uma comemoração, tradicional certamente, mas, ainda assim, uma simples festa. Contudo, percebe-se que configurar-se como prática popular e tradicional confere ao Kerb o estatuto de meio de expressão não só da herança dos antepassados germânicos, mas de toda a carga semiótica que dá força a consolidação de uma identidade, parte do que somos (afirmação válida tanto para quem cresceu na região como para quem entrou em contato com a comunidade ali estabelecida).

Percebe-se, assim, pela avaliação de uma das tradições mais antigas estabelecidas pelos imigrantes que, por mais que tenha existido um processo em que a identidade, individual ou coletiva, foi submetida ao jugo de um movimento transitório, fruto do choque entre a concepção de duas nações, foi possível o estabelecimento de uma comunidade que correspondeu não apenas à sustentação de uma comunidade imaginada germânica dentro do estado nacional brasileiro (os teuto-brasileiros), mas, também, que encontrou forças em seu conflito identitário, em que a alteridade como eixo da diferença parecia não funcionar de forma clara, para proclamar uma condição de igualdade que ultrapassa grupos isolados e estende-se para a consideração da condição humana em si.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média ao Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

STAM, Robert. “A cultura popular na Idade Média ao Renascimento: o contexto de François Rabelais”. In: *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.

SEYFERTH, Giralda. *A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade*. Revista *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 149-197, jul./dez. 2004.

FOLHETOS:

Festschrift zum 50jährigen jubileum der Linha Isabela. Santa Cruz do Sul: Lambert e Riedl, 1924.

Linha Isabel: 1873 – 1973.

* Artigo recebido em 05/02/2014 e aprovado em 12/12/2014.

** Doutoranda em Estudos Literários, com ênfase em estudos interdisciplinares na área de Letras e Teatro. Bolsista CAPES.

*** Doutor em Ciências da Literatura-Germanistik pela Freie Universität Berlin e professor de Literatura e Língua Alemã na Universidade Federal do Rio Grande do Sul).